

O Futuro do Sertão: paisagens urbanas, memória e natureza – Goiás (séculos XVIII –XIX)

Maria de Fátima Duarte Tavares
Arquiteta pela Universidade de Brasília
Doutora em história social pelo PPGHIS/IFCS da UFRJ
mfdtavares@uol.com.br

Resumo

O processo de implantação de núcleos urbanos e de povoamento de Goiás, no século XVIII, está associado à transformação da natureza e ao domínio do território que se estruturou durante a prevalência da mineração. As cidades, elementos fundadores da ocupação do território de Goiás, deveriam configurar-se como marcos da civilização. No entanto, após a fase aurífera e a conseqüente dispersão populacional, configura-se o problema da progressiva morte de cidades que, dependentes de uma economia de subsistência, tornam-se signos de um retorno social ao estado de natureza. No século XIX, decadência e isolamento são os traços que caracterizam a paisagem urbana, e a memória dessa ocupação é enfatizada em função de seu próprio desaparecimento.

Palavras-chave: Paisagem, cidade, memória, natureza, Goiás

Abstract

The process of implementing urban centers and populating Goiás, in the 18th Century, is associated to transformation of nature and control of the land, structured during the mining prevalence. The cities – elements that founded the occupation of Goiás' lands – should serve as civilizing milestones. However, after the gold phase and the consequent population dispersion starts the gradual death of cities that, because of the dependency on a subsistence economy, become icons of a social return to the nature state. In the 19th century, decadence and isolation are features that characterize the urban landscape, and the memory of that occupation is emphasized thanks to its own disappearance.

Keywords: Landscape, city, memory, nature - Goiás

O processo de implantação de núcleos urbanos e de povoamento de Goiás, no século XVIII, está associado à transformação da natureza e ao domínio do território que se estruturou durante a prevalência da mineração. No entanto, após a fase aurífera e a conseqüente dispersão populacional, configura-se o problema da progressiva morte de cidades, que passaram a ser dependentes de uma economia de subsistência. No século XIX, a decadência e o isolamento são os traços sobre os quais as paisagens urbanas de Goiás serão caracterizadas.

Os viajantes naturalistas relatam a existência de um conjunto de cidades cujas práticas e relações sociais reproduzem tradicionalmente a manifestação de laços de sociabilidade entre populações urbanas e rurais. Essas práticas, com origem no período de formação, remetem à dimensão da memória social e, quando relacionadas ao domínio da paisagem urbana e à relação com a natureza, conduzem o olhar dos viajantes a elaborar as imagens que circunscrevem o sertão de Goiás em oposição à ordem da civilização.

A classificação e o enquadramento das paisagens urbanas associam-se ao sentido da duração ou do perecimento da materialidade do construído, mas, também, ao sentido do tempo social. As marcas da transformação da natureza, que deveriam ser parte do processo civilizador são, quase sempre, vislumbradas como rudimentos de civilização, muito próximo do que os viajantes pressupunham ser a barbárie. No entanto, é significativo como, em especial em Saint-Hilaire, a idéia de sertão (termo de origem portuguesa) passa a ser utilizada para caracterizar o meio observado, em oposição à visão dos habitantes locais, que não consideravam os seus lugares de domínio como parte do sertão.

As narrativas dos viajantes, que advêm da observação direta, podem ser comparativamente analisadas com as fontes anteriores que relatam a situação do século XVIII e início do XIX, mas produzidas localmente. A região e suas populações podem ser avaliadas conforme o olhar do observador e seus propósitos de observação, mas os temas da vida política, da dimensão geográfica e do valor do trabalho são comuns às elaborações dos viajantes e às fontes locais.

Deslocamentos e observação do território

A região de Goiás foi incorporada ao processo de colonização após a descoberta e exploração do ouro, com o surgimento de cidades e um intenso deslocamento de

populações. Embora com produção aurífera muito inferior à de Minas Gerais, Goiás tornou-se estratégico para o domínio territorial alcançado no período colonial. A ocupação do território, antes dominado por diferentes povos indígenas, foi expressa, desde o século XVIII, por observações associadas a diferentes códigos de apreensão e propósitos distintos. Pode-se classificar a produção documental sobre a região em três vertentes, distinguidas por suas filiações a saberes formalmente instituídos.³⁰

O território de Goiás foi rastreado e avaliado ao longo dos séculos XVIII e XIX com o fim de se reconhecer e mapear suas dimensões e principais características geográficas e populacionais. No século XVIII, é a produção do saber geográfico que domina, apesar de existirem outras produções de cunho memorialista e de caráter estatístico. A cartografia de Goiás está vinculada à situação geopolítica da colônia e às estratégias de negociação dos tratados de limites com a Espanha. Já no século XIX, a produção do conhecimento científico enquadra-se na concepção de História Natural e envolve várias expedições de viajantes estrangeiros interessados na exploração e classificação sistemática da natureza e no reconhecimento dos vestígios materiais, costumes e práticas sociais associadas ao território observado.

A primeira vertente de conhecimento resulta, inicialmente, na produção cartográfica que será utilizada para definir os limites territoriais do Brasil e é determinada por um senso estratégico de manutenção do território conquistado. Note-se que pelo menos durante as negociações dos tratados da fronteira colonial com o domínio espanhol esta região de Goiás, recentemente ocupada a partir do início do século XVIII, era crucial para garantir o território até Mato Grosso sob controle de Portugal.

A segunda vertente resultou em um conjunto de obras, que sob o olhar dos diferentes naturalistas, ampliou o conhecimento sobre a natureza, identificou elementos da flora e fauna associados ao contexto geográfico e observou, segundo seus parâmetros de civilização, a sociedade em formação que encontraram nesta parte do Brasil.

Uma terceira vertente de conhecimento se destaca em Goiás no século XVIII e terá continuidade ao fim do século XIX e no século XX, que é a elaboração do saber projetivo. Este, distinto dos acima comentados, não tem por objetivo produzir conhecimento a partir da observação direta da abrangência geográfica e humana, mas projetar, no período colonial, os espaços urbanos e os aldeamentos indígenas a serem ocupados pelas diferentes populações locais, segundo parâmetros de concepção de

³⁰ Uma quarta vertente pode ser assinalada com ressalvas, pois está associada às que serão referidas, e trata da representação paisagística, mas não está sendo contemplada nesta abordagem.

regularidade formal e de um entendimento de prevalência da dimensão pública (ou coletiva) sobre a ordem privada. Estes pressupostos de regularidade definem os projetos de aldeamentos indígenas de Goiás e a configuração urbanística da cidade de Vila Boa, sede da capitania, especialmente no que tange à sua expansão futura.

O paradigma da civilização

O ideal civilizatório, no âmbito do pensamento ilustrado, perpassa os setores letrados do século XVIII na colônia, associado à renovação instituída no período pombalino, mas após a independência essa noção torna-se central para estabelecer os referenciais de nacionalidade. O pensamento social e político do Brasil, conjugado muitas vezes às formas de apreensão e de representação da natureza, se desenvolve e estrutura nos termos de um projeto civilizatório, quando está em foco a construção da nação.

As elaborações textuais dos viajantes estrangeiros se fundamentaram em suas observações diretas, mas também em documentos já produzidos localmente, especialmente aqueles que se reportam a dados estatísticos, geográficos e à história política. Suas obras, por sua vez, constituíram-se em referência para a elite letrada brasileira do século XIX.

Além das noções de progresso e da valorização do saber científico que marcam o pensamento dos meios intelectuais e institucionais dominantes no século XIX, centrados no Rio de Janeiro, cabe destacar a noção de civilização como paradigmática.

Note-se que a representação de um Brasil dividido entre o litoral e o sertão, entre civilização e barbárie, pode corresponder a uma transposição da diferenciação historicamente construída entre metrópole e colônia, mas tem seu suporte na valorização da cidade, como centro de civilização. O enquadramento do que pertence ou não à ordem da civilização é definido sobre os parâmetros de quem detém a prerrogativa do olhar e da apreensão do outro. No entanto, cabe perceber como a apropriação da noção de civilização traduz sua historicidade.

Deslocamentos de populações e ocupação do território (século XVIII)

Durante a segunda metade do século XVIII, as cidades fundadas ao sul da capitania estavam relativamente bem integradas por rede de estradas, além de sua localização

próxima aos rios, e sua população apresentava traços de composição semelhantes. Os laços sociais entre os setores dominantes foram definidos inicialmente por relações de parentesco e pela origem paulista. Este traço é relativamente acentuado em Pilar de Goiás e a memória dessa migração de São Paulo para Goiás ficou registrada pelo historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme em sua *Nobiliarquia Paulistana*. A presença de populações de outras origens não se deu sem conflito, tendo em vista a manutenção de cargos oficiais e controle da exploração do ouro. Note-se que a construção dessa memória de ocupação, em Pedro Taques, é claramente associada ao projeto de domínio dessa região aurífera, após os conflitos já decorridos em Minas Gerais com portugueses e outras populações que migraram de outras regiões.

A história de Pilar de Goiás, neste período, tal como a das demais povoações, é marcada pela relação conflitiva com indígenas e escravos de origem africana, que se refugiavam em quilombos nas matas. Pedro Taques, que foi morador de Pilar, narra alguns desses eventos. A expansão da colonização neste território deu-se por um movimento de conquista, que assume em alguns casos a ofensiva declarada do lado do colonizador (guerra ofensiva), justificada legalmente pelo ataque indígena aos povoados emergentes. Após 1749, quando se instituiu o governo direto da capitania, desmembrando-se Goiás de São Paulo, outras estratégias passam a ser consideradas, embora nem sempre mantidas por todos os governantes. Um intenso deslocamento de povos indígenas, porém, marca os momentos em que as autoridades representativas do poder colonial assumem uma postura de pacificação com o objetivo de integrar esses povos ao processo colonizador de ocupação.

Até ao início do século XIX, a correspondência entre governadores e a Coroa permite observar a manifestação de diferenças relevantes entre os interesses dominantes locais e as estratégias políticas metropolitanas. O interesse local divergente é explicitado na manutenção da escravização indígena, apesar das determinações reais em contrário. Embora os estudos já realizados não levem a dados quantitativos, são relevantes os indícios de que a relação com a população indígena era mais ampla do que as hostilidades recíprocas de guerra e a redução aos aldeamentos, para os quais o poder da Coroa determinava um novo modo de vida, mas não o trabalho escravo.

A aplicação da política indigenista pombalina, instituída com o *Diretório*, será exercida em Goiás com a criação de vários aldeamentos formalmente organizados por um controle secular. Nesses se deveria pressupor a liberdade do indígena, desde que este

fosse submetido a um conjunto de regras cotidianas de trabalho, aprendizado religioso e de ofícios. No entanto, pode-se dizer que os aldeamentos se tornaram um lugar de disputa de mão-de-obra, sujeita a diversos interesses. (CHAIM, 1983, p. 144)

As cidades goianas apresentam nexos com estes diferentes propósitos. Pilar de Goiás foi fundada por João de Godoy Pinto da Silveira, que assumiu o papel de comandar tropas contra indígenas após a morte de Antonio Pires de Campos, anteriormente contratado para tal fim pelo governador de São Paulo, Luiz de Mascarenhas. A cidade também financiava expedições de guerra e, conforme o contexto do conflito, chega a participar da montagem do aldeamento do Carretão de Pedro III, já na década de 1780. (SOUSA, 1849, p. 448).

Os núcleos destinados aos indígenas, se for analisado seu papel como elementos de inclusão ao sistema colonial, fracassaram. Mas este fato não elimina sua importância como representação simbólica e constitutiva de uma experiência territorial, que pode ser entendida como pertencente a um projeto civilizatório antagônico aos interesses imediatistas dos colonos. Ao mesmo tempo, a sobrevivência precária de alguns desses aldeamentos até ao início do século XIX, permite compará-los às próprias cidades da mineração que estão em franco processo de esvaziamento populacional.

Essas cidades, da ocupação de Goiás, ao contrário dos aldeamentos, não obedeceram aos mesmos rigores formais. Apesar da tentativa dos representantes do poder real de definir regras urbanísticas para Vila Boa (sede do poder político e administrativo na capitania), a carta régia que orientava a implantação urbana foi desconsiderada e houve intensa oposição à regulação criada posteriormente no governo de Luiz da Cunha Menezes. Há, no entanto, semelhança significativa na implantação e configuração de cidades como Vila Boa, Meia-Ponte e Pilar de Goiás. Destaca-se a sua relação com os rios e as zonas montanhosas cobertas por floresta, que cercam os vales em que se situam. Cumpre destacar o papel que estes centros detinham na manutenção do território ocupado, considerando-se, contudo, que a vida urbana não se dissocia do espaço criado para a produção agrícola e nem de suas áreas de mineração.

A prevalência da atividade mineradora não excluiu o desenvolvimento da produção agrícola em Goiás, que tinha tanto caráter mercantil quanto de subsistência. O que era comercializado destinava-se ao abastecimento das povoações e às áreas de mineração.

Os fluxos de pessoas e de mercadorias entre as cidades da região sul de Goiás não deveriam ser desprezíveis, já que uma verdadeira rede de caminhos se constituiu e se

manteve entre elas. A conexão com o restante da colônia se desdobrava em diversas direções, para o Rio de Janeiro, atravessando Minas Gerais, se fazia o escoamento oficial do ouro e o comércio de produtos suplementares à vida na região, com destaque para a importação de sal, ferro e tecidos. Para a Bahia, prevalecia o comércio do gado, e para Cuiabá (Mato Grosso), considerando a atividade de trocas comerciais, Goiás parece constituir mais rota de passagem. A relação com São Paulo tudo indica ser bem inferior às demais rotas, após a perda da exclusividade do tráfego aurífero.

A ocupação da região norte, que foi a dos achados de ouro mais tardios, foi alvo, após a década de 1770, de políticas dirigidas ao povoamento e ao estabelecimento de um eixo preferencial de trocas comerciais com Belém do Pará, através da navegação dos rios Araguaia e Tocantins. As tentativas, frequentemente interrompidas, se equiparam às oscilações de rumo político, especialmente no que toca à relação instável com as populações indígenas.

Visões da Natureza, fixação de populações e a memória local

É considerável a extensão do território ocupado pelos núcleos auríferos, que seguiram quase sempre a presença do ouro e a proximidade de rios. Dessa ocupação resultou um conhecimento prático do sistema hidrográfico e a elaboração no ano de 1778, no governo de Jose da Almeida Vasconcellos, da *Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás* elaborada pelo Sargento-Mor Thomaz de Souza, composta pela rede hidrográfica e por sua divisão em julgados, tendo, portanto, caráter político-administrativo. Outros mapas gerais serão elaborados no século XIX: o de 1819, a pedido do Governador Fernando Delgado de Castilho, e a *Carta Corográfica*, publicada em 1836, que acompanha o *Itinerário* de Raimundo José da Cunha Matos, governador de armas de Goiás no período pós-independência. Nessas elaborações cartográficas expressa-se o sucessivo processo de ocupação, mas não a dimensão do seu retrocesso, explicitamente tratada nos registros de cunho memorialista e nos relatos de viagem.³¹

³¹ Outras incursões para mapear o território ocorreram vinculadas aos tratados de limites. Privilegia-se neste trabalho a produção de uma memória local em comparação com a narrativa dos viajantes. Por essa razão, não serão discutidas as obras de Cunha Matos, de cunho histórico-geográfico e que resultam de seu papel como agente central do Estado após a independência. A obra referida intitula-se *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias Minas Gerais e Goiás*, publicada no Rio de Janeiro, Tip. Villeneuve, em 1836. Para essa questão sugere-se a análise de Cid Prado Valle sobre a idéia de natureza e a formação do Estado em: *Risonhos lindos campos: natureza tropical, imagem nacional e identidade brasileira*. Rio de Janeiro: o autor, 2005.

O conhecimento hidrográfico é traduzido textual e esquematicamente, em 1812, na *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás* do Padre Luis Antonio da Silva e Sousa. Sua obra tem o propósito de solicitar e atrair políticas econômicas favoráveis à retomada das atividades produtivas em Goiás, de forma a superar o quadro de estagnação e abandono em que se encontrava. Nestes termos, compreende-se parte da exaltação promovida na sua *Memória* sobre as possibilidades quase ilimitadas com que caracteriza essa região. As riquezas de Goiás estão aqui associadas aos próprios elementos geográficos. Da “cordilheira da serra” situada próximo a Meia-Ponte descem os rios que se dirigem ao Paraguai, Grão-Pará e sertões do S. Francisco. A exploração do ouro revelou esta “porção do Novo Mundo”, que, em situação vantajosa, se constitui na região central do Brasil.

Silva e Sousa, ao explorar a exaltação à natureza, aproxima-se de uma visão paradisíaca aparentemente comum à elite letrada do seu tempo, mas assume também a crítica social ao processo de colonização e a crítica política à ausência do Estado na formulação de políticas de fomento.

A *Memória*, dedicada em sua grande parte à história política, tece um quadro de decadência generalizada e do povoamento rarefeito da capitania, que se explicariam pela ociosidade, pela dependência da escravidão e pela prevalência dos interesses privados sobre a dimensão do bem comum. Essas seriam as razões que não permitiram o aproveitamento das riquezas ofertadas pela natureza. A região marcada por montanhas e terrenos planos, vastas matas e campinas, que produz “com facilidade a vinha, o açúcar, café, algodão, trigo e todo o gênero de grão que se lhe plante”, ainda aguarda o seu futuro mais promissor. A salubridade caracterizaria a capitania, com a única exceção das áreas inundáveis pelos rios, que durante as enchentes acumulavam restos de vegetação e se tornavam “paludosos”. (Sousa, 1849, p.430).

Nesta exceção, no entanto, enquadraram-se as áreas onde se concentrava o trabalho dos escravos e na sua proximidade se implantaram as povoações dos mineradores, razões indicadas por outros autores mais tarde para explicar a insalubridade desses lugares.

Observe-se que essa versão, favorável à facilidade do trabalho e à adaptação da população, não autóctone, a Goiás, será muito reproduzida no século XIX e no século

XX.³² Essa não é, porém, a única visão formulada sobre a relação sociedade e natureza implícita na discussão de Silva e Sousa. *A Notícia Geral da Capitania de Goiás*, de 1783, trata, ao contrário, do aspecto da diversidade dos solos e de sua diferente produtividade, do contraste entre regiões cobertas de matas e as demais. As áreas de Vila Boa, Pilar, Meia-Ponte e Santa Luzia são apontadas como excepcionais por contarem com a presença de florestas. (Bertran / org., 1996, T. I, p. 86)

Um dos autores da *Notícia*, Alexandre Afonso Veloso, explicita a questão da infertilidade da terra e da dificuldade de manutenção e cultivo do solo em uma das localidades da região (Arraial e Freguesia de Anta). Descreve as práticas utilizadas (roçar a mata, queimada, capoeira, descanso do solo) e os resultados precários do trabalho agrícola. Compara a situação local à produtividade do Rio de Janeiro e de outras regiões litorâneas. As mesmas técnicas de produção agrícola, que também se apropriavam do solo da mata virgem, de preferência aos campos, não tinham aqui o correspondente resultado. (Bertran / org., 1996, T.I, p. 138-139)

A adaptação dos diferentes contingentes de população a esse território, por certo, teve como principal obstáculo o próprio sistema de trabalho em que se fundava, que não facilitava a troca de conhecimentos e adaptações práticas às condições próprias da região. Por outro lado, os produtos comumente disseminados são, como em outras partes do Brasil, a mandioca e seus derivados, o milho e o feijão. *A Notícia* informa que as frutas da América são abundantes, ao contrário das da Europa. Com exceção, porém, das uvas, e seus derivados, o vinho e o vinagre, que são produzidos e consumidos na década de 1780 em Goiás. (Bertran / org., 1996, T.I, p.86)

A indicação de algumas espécies nativas e seus usos medicinais ou utilitários é feita também por Silva e Sousa, numa demonstração de que as populações colonizadoras detinham um conhecimento sobre a vegetação nativa, a que o autor não dá maior relevância. Outra referência de exploração dos recursos da natureza é dada pelo uso seletivo das madeiras na construção de edificações de todos os tipos, normalmente associados às técnicas da taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique. (Bertran /org., 1996, T. II, p.59).

³² A visão de prodigalidade da natureza em Goiás terá continuidade entre os engenheiros brasileiros vinculados a projetos de modernização no século XIX. Pode-se admitir sua vinculação à noção paradisíaca do mundo tropical, mas é importante atentar para a possibilidade da multiplicidade de significações, associadas a distintos projetos políticos. Para o período colonial, remete-se o leitor para o estudo clássico do tema *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda, 1ª edição 1959.

Note-se, porém, que a questão do saber associado à natureza remete à possibilidade da apropriação dos conhecimentos tradicionais de populações indígenas. Que esse débito existiu, pode ser avaliado implicitamente na atualidade por tradições alimentares regionais e outras práticas. Porém, o conhecimento dessa experiência entre colonizador e povos indígenas tem grande relevância para se refletir sobre as relações que social e culturalmente foram aqui construídas, apesar do contexto da escravidão. Luis da Cunha Menezes, governador de Goiás entre 1778 e 1783, em correspondência privada, sem data, revela em seus comentários um indicio desse problema:

“Não conhecem, ou não experimentam os efeitos de umas tantas moléstias que nós sofremos, (...) Mas as de que pela sua natureza são atacados lhe têm feito adquirir, por experiência, obrigados da necessidade de reparar os seus efeitos, um amplíssimo Conhecimento de muitas virtuosíssimas ervas; sobre os quais Conhecimentos ou natural botânica, têm estabelecido e formado seu Método medicinal, o qual não tem deixado de nos ser útil no conhecimento que também temos adquirido das ervas e raízes,...” (Bertran / org, 1996, T. II, p. 25)

Tudo indica que, nestes anos 80 do século XVIII, um saber prático agrícola e sobre a flora e fauna, com as dificuldades já assinaladas, tinha-se constituído na região. De certo modo, esse saber deve ter garantido a sobrevivência das populações em situações extremas, como períodos de secas prolongadas e incêndios que se propagavam por meses, derivados das queimadas para a agricultura. A *Notícia* traz essa questão de forma implícita. Já Silva e Sousa, professor, morador de Vila Boa e conhecedor das questões locais, não considerou esses problemas em suas memórias de 1812, talvez porque uma forma de adaptação à região tivesse sido consolidada. Por outro lado, a pressão demográfica sobre a produção de alimentos foi diluída com a redução dos habitantes após a diminuição da produção aurífera.

Paisagens da mineração no século XIX e a dimensão da memória nos relatos dos viajantes

As cidades da mineração em Goiás não devem ser entendidas como entidades autônomas. Apreende-se, desde a origem, a configuração de relações entre os diferentes núcleos e entre estes e seus territórios de domínio rural.

Esse quadro urbano originário, embora perdendo o dinamismo inicial, continuará a marcar a história da região após a decadência da atividade mineradora. As cidades de Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, núcleos da zona meridional, são constituídas em meio à amplidão territorial e se qualificam de forma distintiva pela escolha dos sítios em que se desenvolveram. Essas povoações deram preferência aos vales, tendo por limite as cadeias de montanhas que contrastavam com a paisagem edificada. Assim sua marca sobre a paisagem não é ostensiva, mas é facilmente apreendida a partir das zonas altas que as cercam.

O papel dessas localidades, porém, é mais amplo do que ser a sede das instituições públicas ou centro de trocas comerciais. A sua longa duração está intimamente associada à dinâmica construída entre vida rural e vida urbana. Por outro lado, a vida urbana, após a queda da mineração, tornou-se mais dependente do campo, tanto para o seu abastecimento cotidiano quanto para a manutenção do caráter de centro simbólico, como lugar de referência de práticas coletivas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.24, 25)

A decadência aurífera e o isolamento do restante do país, decorrente da distância de áreas mais densamente povoadas, permitem concluir que sem uma atividade lucrativa ou geradora de riqueza a população que se fixou em Goiás buscou a auto-suficiência no trabalho agrícola e reduziu suas necessidades de importação de produtos ao mínimo possível, como relatam Auguste Saint-Hilaire e Emanuel Pohl.

Os relatos desses viajantes tornaram-se fontes relevantes para traduzir a situação de pobreza e de decadência material em que se encontrava grande parte da população na primeira metade do século XIX. Ao mesmo tempo, esse aspecto privilegiado em suas narrativas sobre Goiás se constrói a partir de um conjunto de pressupostos, entre estes o valor do trabalho.

As ruínas de antigas povoações, e a possibilidade de ser esse o destino de inúmeras localidades visitadas, são um tema recorrente aos relatos. Saint-Hilaire explora o estranhamento diante da possibilidade da morte dos lugares e da ausência da memória capaz de dar significação às suas ruínas, enquanto a natureza vai lentamente encobrindo os vestígios da presença humana. Nesses quadros de destruição descritos, motivados pelo abandono das cidades e dos campos, está subjacente a crítica à sociedade resultante da exploração aurífera.

Saint-Hilaire avalia a dimensão civilizadora e o potencial de duração da presença humana pelo trabalho de cultivo do solo e de transformação da natureza. Observa que,

em geral, o trato agrícola restringia-se às práticas destrutivas da queimada e da derrubada da floresta para o plantio de um número reduzido de espécies alimentares.

Nitidamente, o autor, se posiciona diante de um processo de mudanças, que exige uma escolha de ordem política. Na interação entre natureza e presença humana, o rumo a percorrer é o da civilização, que, em Goiás, enfatiza Saint-Hilaire, depende de políticas do Estado que beneficiem a população. (SAINT-HILAIRE, 2004, p.183)

O que Saint-Hilaire reconhece ou interpreta nesse processo seria o movimento regressivo a um estado de natureza, que de modo avassalador ia dominando os primeiros vestígios de civilização resultantes da exploração aurífera. Outros viajantes compartilham dessa visão, como J. Emanuel Pohl, que esteve em Goiás no mesmo período que Saint-Hilaire (1819), e Francis Castelnau, que percorre a província algumas décadas depois (1843). A tendência, acentua Castelnau, se nada alterasse esse rumo, seria de um declínio continuado em direção à barbárie.

A superação das condições adversas e a construção da civilização eram possíveis no entendimento desses viajantes, mas dependiam da ação do Estado, que relegava a população de Goiás ao esquecimento, tal como se apresentavam aos viajantes as ruínas da anterior e fugaz prosperidade da mineração.

“E assim uma região maior do que a França se exauria em benefício de uns poucos empregados indolentes, e os próprios arredores de Vila Boa, uma capital outrora tão próspera e florescente, nada mais tinham a oferecer senão ruínas sem lembranças.” (SAINT-HILAIRE, 2004, p.162)

Não é diferente a descrição que Pohl e Castelnau fazem de Pilar, acentuando o aspecto de abandono e desmoronamento das edificações. Ambos relatam o trajeto da chegada à cidade, em que os caminhos de acesso antes abertos na mata estão cobertos pela vegetação e tornam maior a dimensão de seu isolamento. Essa descrição da aproximação e a visualização de Pilar são bem expressos por Castelnau, que tece uma imagem pitoresca do lugar associada a vestígios de antiga opulência:

“A cidade, que é uma das mais antigas da província, perdeu, hoje quase completamente o seu esplendor primitivo. Nada mais agradável e pitoresco do que a sua posição, entre morros cobertos de mata virgem. (...) A cidade é muito bem edificada; as paredes das casas são de pedra e a cobertura de telha; algumas possuem um andar, além do térreo, mas as melhores acham-se em ruínas.(...) As igrejas, em número de quatro, ocupam outras tantas elevações, que dominam a cidade.(...)” (CASTELNAU, 2000, p.238)

Castelnau está descrevendo Pilar quando a cidade já tinha cem anos de existência e detalha elementos que outros autores não observaram, como as casas de dois pavimentos e as quatro igrejas dominando a paisagem. Desta forma, a sua narrativa acentua ainda mais o sentido da perda das condições antes existentes, quando comparadas à situação contemporânea.

O quadro de Pilar assim descrito contrasta, por outro lado, com os relatos que se referem às marcas na paisagem deixadas pela exploração do ouro, com o solo revolvido, escavações para canalização da água ou ruínas de obras para tal fim. Surpreende, portanto, a presença da floresta envolvendo a cidade, quando se sabe que na sua proximidade estavam as áreas de mineração.

A descrição da situação de Pilar e de outras localidades, pelos viajantes, parte da observação direta, mas é resultante de rápidas incursões e dependente de oportunidades e circunstâncias da viagem. Assim, a dimensão material e seu estado de conservação pesam nos relatos desses observadores e o entendimento do retrocesso civilizatório é muito medido por esse parâmetro.

Os viajantes dão destaque ao despovoamento e às ruínas que se sucedem ao longo dos trajetos, mas não deixam de expressar a surpresa diante de outros vestígios. Bananeiras e laranjeiras em estado de abandono, mas ainda produzindo, eram sobrevivências da anterior presença humana.

As observações dos viajantes resultam também da comparação com outras regiões do país e são especialmente marcadas por sua visão européia. Note-se a valorização dos alimentos tradicionais europeus como o trigo e a uva e seus subprodutos, que são alvo de especial interesse quando encontrados, pois essa produção local demonstra a possibilidade da transposição para Goiás de práticas de cultivo associadas à Europa. Mas a irregularidade que permeia os lugares de cultivo agrícola e os quintais das residências é dada como desleixo ou atraso. Nas impressões deixadas sobre Goiás são excepcionais os lugares construídos e os indivíduos que se enquadram nas suas perspectivas de uma ordem correta do mundo.

A crítica às condições de vida da população goiana pressupõe, como já afirmado, a ausência de conhecimento apropriado ao cultivo da terra e a não valorização do trabalho. Elementos que, na perspectiva dos viajantes, se existentes, permitiriam superar todas as adversidades da natureza.

Pode-se a partir dessa questão refletir sobre o distanciamento entre a experiência das viagens associada à valorização do saber científico e formalmente instituído dos viajantes e a experiência de cem anos de adaptação de populações a um território. No limite dessa questão, que remete às possibilidades de sobrevivência e formas distintas de conhecimento da natureza, é significativo o contato de Castelnau com seus guias indígenas. O conhecimento indígena sobre o cerrado é o que possibilita a sobrevivência do grupo extenuado do viajante ao transitar por áreas extensas de menor cobertura vegetal e no período da seca em Goiás. (CASTELNAU, 2000, p.237)

As imagens dos aldeamentos indígenas em ruínas, das povoações decadentes e do abandono de antigas áreas cultivadas conferiam às observações registradas pelos viajantes a idéia generalizada de um projeto civilizatório e colonizador inconsistente. Porém, não deixa de ser sintomático que os relatos sobre aldeamentos indígenas revele a sintonia entre o que supunham os naturalistas sobre o sertão de Goiás e suas populações e o projeto de povoamento e civilização colonial.

A narrativa de Saint-Hilaire sobre sua visita ao aldeamento de S. José permite reconhecer a dualidade do olhar do observador entre a ordem regular do construído e o estado da natureza, em que demonstra a sua simpatia pela configuração ali constituída:

“Antes de se chegar à Aldeia de S. José avista-se de longe o povoado. Entediado pela triste monotonia da região, é com prazer que o viajante vê o encantador efeito produzido na paisagem pela série de construções regulares, que contrastam com o aspecto selvagem e desértico das terras circunvizinhas.” (SAINT- HILAIRE, 1975, p.62)

A idéia de ordem vinculada à espacialidade do construído e da ocupação agrícola, valorizada pelos viajantes, fundamentava as intervenções dos aldeamentos indígenas coloniais, mas evidentemente o processo de apropriação social foi distinto das orientações projetadas. Pohl narra o cotidiano dos indígenas em S. José de Mossâmedes, em que estes se recusam a habitar os alojamentos para eles destinados, preferindo morar em cabanas por eles mesmos construídas. (POHL,1976, p. 152)

As narrativas dos viajantes sobre Goiás encerram o propósito comum de formar um conhecimento sobre a região, que envolve a apreciação estética da paisagem, a identificação de espécies de fauna e flora, as características geológicas, climáticas, hidrográficas e os traços da presença humana, especialmente aqueles associados à transformação da natureza. O saber registrado e difundido nas narrativas de viagem atende parcialmente aos seus objetivos, que se desdobram na análise posterior das

coleções por aqui recolhidas. Os viajantes estão interessados em contribuir para a formação do conhecimento sobre essa região da América, antes que a ação humana a modificasse por completo. Neste aspecto, essa produção do saber assume o sentido temporal da caracterização das regiões observadas. A dimensão da memória perpassa os relatos de viagem, tendo em vista a noção da historicidade dos processos humanos e da dinâmica adaptativa da natureza, mas atende aos pressupostos de produzir um saber individual e original sobre as regiões e populações encontradas.

Uma visão negativa, em geral, domina a avaliação da ação humana e dos modos de vida presentes nesse território, que também se associa à perspectiva de uma natureza pouco exuberante, se comparativamente colocada diante das zonas da floresta litorânea. No entanto, os contrastes da região podem causar perplexidade e desajustar as conjecturas sobre sua formação, quando a paisagem se modifica repentinamente, sem razões aparentes para que isso ocorra.

As paisagens de Goiás foram observadas em sua diversidade de campos, florestas, cadeias de montanhas e outras diferenças relacionadas às espécies dominantes e suas formas de associação, mas também detiveram a atenção do olhar estético e contemplativo dos viajantes que valorizaram, por exemplo, a dominância geográfica da Serra Dourada e reconheceram o traço marcante das planícies ornadas de conjuntos de buritis ou das terras altas associadas à presença da canela-de-ema. Esses elementos configuram a diferenciação geográfica, em meio à vegetação retorcida e de baixo porte característica da parte meridional de Goiás. A região norte das paisagens que envolvem os rios Araguaia e Tocantins, visitada por Castelnau, exerce sobre este um fascínio que se equipara ao encantamento produzido pelas florestas próximas ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a paisagem urbana pôde, apesar de suas ruínas, emergir nos olhares panorâmicos sustentados na perspectiva do pitoresco, em que a massa do construído é quase sempre contrastada com as montanhas que a rodeiam. A visão de Saint-Hilaire sobre Meia Ponte é singular. A imagem, que demonstra a empatia do autor, projeta o olhar do interior da cidade até ao horizonte demarcado pelos Montes Pireneus:

“O arraial foi construído numa pequena planície rodeada de montanhas e coberta de árvores de pequeno porte. Estende-se ao longo da margem esquerda do rio das Almas, numa encosta suave, e defronta o prolongamento dos Montes Pireneus. (...)

Da praça onde fica situada essa igreja descortina-se um panorama que talvez seja o mais bonito que já me foi dado apreciar em minhas viagens pelo interior do Brasil. A praça foi construída sobre um plano inclinado; abaixo dela vêem-se os quintais das casas, com seus

cafeeiros, laranjeiras e bananeiras de largas folhas; uma igreja que se ergue um pouco mais longe contrasta, pela brancura de suas paredes, com o verde-escuro da vegetação; (...) Finalmente, a cerca de légua e meia do arraial o horizonte é limitado ao norte por uma cadeia pouco elevada, (...) (SAINT- HILAIRE, 1975, p. 36 e 37).

A Serra Dourada é para a região envolvente da cidade de Goiás (Vila Boa) o grande elemento geográfico a partir do qual se descortina a extensão da paisagem a conhecer ou que se constitui em marco referencial. Por outro lado, o sistema hidrográfico do território é reconhecido como traço diferenciador fundamental para caracterizar as paisagens observadas. A grandiosidade dos principais rios, Tocantins e Araguaia, na região norte, está basicamente associada à relação com os pequenos rios da região sul, seus inúmeros afluentes, que banham as antigas cidades da mineração.

O registro de cada observador e a sua experiência de viagem são únicos, mas as avaliações que produziram sobre essa parte da América têm em comum o ideário dominante da civilização, expressamente vinculado ao sentido do tempo futuro. E esse tempo é de superação do passado e da natureza, como bem sintetizado por Saint-Hilaire na sua perspectiva de uma ordem urbana e industrial para as regiões percorridas:

“Mas aquelas belas regiões desérticas contêm os germes de uma grande prosperidade. Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo, (...)

(...) que onde estarão retinindo nos ares os ruídos dos martelos e das máquinas mais complexas ouviam-se apenas, em outros tempos, o coaxar de alguns sapos e o canto dos pássaros; que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e das árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil”. (SAINT- HILAIRE, 1975, p. 14)

Saint-Hilaire expressa, assim, a sua concepção do processo de civilização, que deveria conduzir à superação do estado originário da natureza. A cidade ou o campo cultivado (não mais a natureza intocada) são os elementos referenciais constitutivos da paisagem. Em outro trecho, reafirmando sua estratégia de análise comparativa, busca o entendimento das diferenças entre o universo europeu e o de Goiás. A partir da dimensão valorativa do tempo, Saint_Hilaire explica a situação social encontrada nessa parte do Brasil. Suas populações teriam um modo de vida pautado pelo imediato da existência, ao contrário do contexto europeu, dirigido ao futuro. Essa condição de ordem temporal, o da capacidade de projetar o futuro, não deixa de estar vinculada à possibilidade de preservação da memória, mesmo que instituída sobre ruínas do

passado. Nenhum desses aspectos ele reconheceu em sua experiência de viagem a Goiás. O sentido da memória, associada aos atos dignos de serem assinalados como signos da civilização, e a possibilidade de concepção projetiva das ações parecem assim demarcar, por exclusão, o que pertencia ao sertão.

Goiás e a expansão civilizadora

As narrativas dos viajantes e as fontes coloniais memorialistas têm em comum a defesa da expansão do processo civilizador sobre o território de Goiás e a relação direta com o universo a que se referem. Porém, estão sustentadas em experiências, fundamentos e objetivos diversos. Essas elaborações relacionam-se a uma seqüência temática, dividida entre as obras dos que partilharam da lógica da ocupação e as dos viajantes. Assim, observa-se no período colonial os temas da defesa da conquista, da difícil manutenção do território, da crítica à violência da ocupação colonial conjugada à exaltação da natureza regional; e relacionado aos naturalistas, no início do século XIX, o tema da decadência do projeto colonizador associado à visão da natureza originária. Embora se reconheça a historicidade dos relatos, essa seqüência trata da defesa de inserção da região a um contínuo processo de ocidentalização. Outra leitura dessas elaborações remete ao que é continuamente negado ou esquecido como possibilidade. Paisagens urbanas e populações que não estão mais associadas aos indivíduos deslocados de outras regiões, atraídos pela riqueza aurífera, e nem aos que exteriormente se vinculam a outras modalidades de pensamento, mas àqueles que deram continuidade ao processo de domínio territorial e cultural do sertão de Goiás.

Referências Bibliográficas

- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: MRE, s.d.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749 – 1811)*. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil – Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA, CIORD, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1994.
- KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero. “Os três reinos da natureza” In *O Brasil redescoberto*. Rio de Janeiro: set/nov. 1999. p.23-36.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- NOTICIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. Paulo Bertran (Org., Ed.). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. 2 Tomos.
- POHL, J. Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio S. Francisco*. Tradução de Regina Regis Junqueira. 2ª Edição. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.
- _____. *Viagem à Província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SOUSA, Luis Antonio da Silva e. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XII, Rio de Janeiro, 1849, p. 429 – 510.
- VALLE, Cid Prado. *Risonhos lindos campos: natureza tropical, imagem nacional e identidade brasileira*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2005.